



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1323

## **A Revolta que não Houve: Ademar de Barros e a Articulação contra o Golpe Civil-Militar (1964-66)**

Carlos Henrique dos Santos Ruiz

UNESP – Universidade Estadual Paulista – campus Marília

Em 1º de Abril de 1964, ocorre o Golpe Civil-Militar, sendo derrubado o presidente constitucional da República João Goulart. Com a instalação do novo regime, muitos de seus participantes e apoiadores acreditavam que os militares logo devolveriam o poder aos civis. Com a prorrogação do mandato do General Castelo Branco, e a conseqüente cassação de expoentes históricos civis que apoiaram o golpe como Juscelino Kubitschek, outras lideranças começaram perceber que um grupo dos militares procurava se hegemonizar no poder, e estava conquistando espaço, com projeto político próprio.

Ao que tudo indica, o Governador de São Paulo Ademar de Barros entendeu que seria o próximo político a ser cassado. Face à impopularidade do regime devido à crise econômica, ele se alia a segmentos descontentes, inclusive militares, como o general Amaury Kruel; a FIESP e associações rurais; Assis Chateaubriand; bem como setores da esquerda ligados ao PCB, e conjuntamente planejou-se com ele à frente um contra golpe. A revolta foi abortada pelo fato dele, Ademar de Barros ter tido o mandato de governador cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos. A contribuição política sobre a revolta que não houve, é o objetivo deste projeto.

A pesquisa se encontra em desenvolvimento, não sendo possível definir as considerações finais acerca do projeto. A metodologia utilizada é análise teórica,

sendo através de livros, teses e dissertações do período; e pesquisas em arquivos como o CPDOC/FGV e o Arquivo Público do Estado de São Paulo.

**Palavras chaves:** Ademar de Barros; Golpe Civil-Militar; Militares; Articulação Política; Força Pública

**Financiamento:** FAPESP – Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo

### **Introdução/Justificativa**

Em 1º de Abril de 1964, é derrubado o presidente constitucional da república João Goulart; mas o que aconteceu no ano de 1964, nos faz remeter a agosto de 1961. Nesta data, o então presidente da república, Jânio Quadros renunciou, tendo João Goulart, vice-presidente eleito, assumido o cargo. Uma Junta Militar encabeçada pelos ministros da Aeronáutica, Marinha, do Exército, tentou impedir sua posse. A Junta Militar instalou-se no poder, conservando o presidente interino Ranieri Mazzilli, houve a tentativa de conseguir do Congresso o impedimento legal do vice-presidente; tendo ainda a censura à imprensa, e a prisão de numerosos oficiais, entre eles o marechal Teixeira Lott. Porém, com a Campanha da Legalidade, encabeçada por Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, resultou na união dos movimentos populares e militares legalistas em defesa da posse constitucional de João Goulart. A possibilidade de o golpe ocorrer naquele momento foi abortada; e as forças conservadoras do Congresso, percebendo o risco de um aprofundamento da crise política, operaram uma mudança de tática. Como dito por Sodré (2010, p. 456)

Tratava-se, agora, de encontrar solução de emergência, que conciliasse os lados em antagonismo profundo ou circunstancial, restabelecendo a normalidade por manobra de amplo recuo, no campo militar, e de avanço, no campo político.

A solução encontrada foi à emenda parlamentarista, que garantia a posse do vice-presidente, mas transferia parte de seus poderes ao Congresso, através de um

Primeiro Ministro. Para evitar um conflito maior, João Goulart aceitou a solução, e tomou posse sob o compromisso do Parlamentarismo. Segundo Moniz Bandeira (2010, p. 147), ele

...recebeu do congresso um poder mutilado, enfraquecido, quando a situação do Brasil mais exigia um governo forte, centralizado para efetuar as mudanças que o desenvolvimento do capitalismo reclamava. A renúncia de Janio Quadros expressara essa necessidade. Ele julgara a Constituição estreita, inadequada, e tentou traumatizar a nação, com aqueles gestos, a fim de compelir o Congresso a ampliar os poderes do presidente da República. Falhou. E o resultado foi que a maioria conservadora do Congresso aproveitou a oportunidade para dar o golpe e reduzi-los com a emenda parlamentarista, cujo hibridismo sacramentava o impasse constitucional.

O momento era grave devido à situação econômica onde a espiral inflacionária crescia, e levava a necessidade de um poder executivo forte, mas que estava fragmentado entre a presidência e o Conselho de Ministros. Assim, o gabinete conservador do Primeiro Ministro Tancredo Neves, não conseguiu resolver esses impasses, agravando os conflitos sociais e as inquietações políticas, levando a direita, derrotada na última tentativa de golpe, a continuar tentando desestabilizar o governo João Goulart. Houve inclusive, movimentações para desestabilizar o gabinete Tancredo Neves, para que pudesse construir um governo forte com as tendências conservadoras dominantes no congresso. Isso fez com que Tancredo Neves caminhasse para o nacionalismo, num momento em que a política externa independente e as estatizações de empresas americanas, afetavam as relações do Brasil com os EUA<sup>1</sup>.

Mas não era só na questão externa que a situação se agravava. Na interna, havia em especial a questão agrária, com as invasões de terras se expandindo por todo o país, e se intensificam os movimentos pela reforma agrária. A solução legal da questão esbarrava no artigo 141 da Constituição<sup>2</sup> e a recusa do Congresso Nacional em modificar o determinado artigo, contribui para o agravamento da questão. Isso acentuou o conflito de classes tanto no meio rural como no meio

---

<sup>1</sup> Pode-se citar, em especial, o caso da ITT (Internacional Telephone & Telegraph), que teve a sua subsidiária, a Companhia Telefônica Nacional sofrido uma desapropriação de bens pelo governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola. Porém o governo dos EUA e a ITT consideraram um confisco da empresa.

<sup>2</sup> O art. 141 da Constituição previa "... o pagamento de indenização justa e previa, em dinheiro, para as desapropriações de interesse publico" (Moniz Bandeira, 2010, p.164)

urbano, ocasionando escassez de gêneros de primeira necessidade face a crise de abastecimento nas grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Conseqüentemente, essa situação colocou o PTB e o PSD, até então aliados, em plataformas distintas, levando a separação desta aliança política e “...com o esquema de conciliação de classes, instruído por Vargas.” (Moniz Bandeira, 2010, p. 166). O fim da aliança teve como conseqüência a queda do gabinete de Tancredo Neves, resultando em atrito entre Goulart e o congresso dominado entre a união do PDS e a UDN, ocasionou a demora na formação de um novo gabinete<sup>3</sup>.

Depois de uma série de rejeições e negociações, Brochado da Rocha assume o cargo de Primeiro Ministro. Mesmo tendo o gabinete durado dois meses, este Conselho de Ministros conseguiu a antecipação do plebiscito que decidiria entre parlamentarismo e presidencialismo, já que o sistema além de não conseguir atender as demandas necessárias para o desenvolvimento do país. Entre os dias 14 e 15 de setembro 1962, é aprovado a antecipação do plebiscito para 6 janeiro de 1963.

Com a vitória esmagadora do presidencialismo no plebiscito, com cerca de 9 milhões de votos, contra os aproximados 2 milhões do parlamentarismo, e dos grupos esquerda obtiveram maiores vitórias na eleição de 1962<sup>4</sup>, mesmo com a articulação contrária de grupos como Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), João Goulart pode formar o seu ministério com orientação de centro-esquerda. Ao mesmo tempo, com as relações estremecidas com os USA devido à falta de apoio do Brasil numa possível invasão americana a Cuba, começam uma campanha falsa e caluniosa contra o Governo de Goulart, com o intuito de conter créditos e investimentos no Brasil, que auxiliariam o problema da inflação. Havia, no entanto, disposição de Goulart para normalizar esses problemas de relações entre os dois países. Com os poderes restabelecidos e

---

<sup>3</sup> Isso ocorreu devido à recusa do Congresso ao nome de Francisco San Tiago Dantas, indicado por João Goulart, devido aos ataques por sua política externa independente, encabeçadas pela UDN e PSD. O senador Auro Moura Andrade (PSD) cogitou formar um gabinete, mas devido as divergências entre ele e o presidente João Goulart, renunciou antes mesmo de assumir o cargo.

<sup>4</sup> Esta vitória das esquerdas ocorre pelo aumento do numero de deputados pelos partidos de esquerda, sedo que o PTB elegeu 116, se tornando a segunda maior partido da Câmara dos Deputados, PST elegeu 07, e o PSB elegeu 05. Também se inclui as vitórias de Miguel Arraes (PST) em Pernambuco e Badger da Silveira (PTB) no Rio de Janeiro. E a votação excepcional de Leonel Brizola para deputado federal pela Guanabara, com 243.951 sufrágios.

com seu próprio gabinete ministerial montado, ele e sua equipe de governo partem para resolver os problemas nas relações Brasil-EUA, sendo que uma das soluções encontradas seria a compra da AMFORP<sup>5</sup>. A denúncia de que a compra causaria um prejuízo ao governo brasileiro, reveladas por Leonel Brizola, ocasionou a não realização do acordo, afetando ainda mais as relações entre os dois países. O escândalo da AMFORP também gerou ataques internos tanto da direita como da esquerda, que ocasionaram uma mudança ministerial<sup>6</sup>.

Em agosto de 1963, dois eventos de extrema importância ocorreram. O primeiro foi o escândalo do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), e que resultou uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as atividades do instituto. Como consequência, a organização teve seu funcionamento suspenso por três meses, sendo um primeiro passo para seu fechamento. O segundo evento foi a Revolta dos Sargentos, ocasionada pela decisão do Supremo Tribunal Federal de negar aos sargentos a elegibilidade. Porém, carecendo de qualquer direção política, e a revolta ficou restrita à Brasília, sendo rapidamente abafada pelo governo. O motim não foi um estopim para a tentativa de um golpe, mas teve consequências importantes, como dito por Moniz Bandeira (2010, p. 248)

O Governo controlou a crise, e deputados trabalhistas impulsionaram o andamento da emenda constitucional, que concedia aos sargentos o direito de disputarem eleições. Não obstante, considerável parcela da oficialidade assustou-se. A explosão de indisciplina vitalizou os que tramavam a ruptura da legalidade, a pretexto de combater a desordem, a agitação, as greves políticas, em resumo, o comunismo. E, no dia seguinte ao motim, o general Humberto de Alencar Castelo Branco empossou-se na chefia do Estado Maior do Exército, a condenar os “oportunistas reformistas” que, segundo ele, “pretendiam substituir as Forças Armadas por milícias populares de ideologia ambígua”.

Cada vez mais aumentava a polarização no âmbito político, e também as conspirações tanto da esquerda com da direita. Ao que parece, a direita estava mais bem estruturada, não somente com um apoio militar, mas também financiamentos.

---

<sup>5</sup>A AMFORP (American & Foreign Power Company) era uma empresa estadunidense do setor de energia. Numa tentativa de melhorar as relações entre Brasil-EUA, foi negociado um acordo que o governo brasileiro a compraria, mas aceitando o preço estabelecido pela subsidiária norte-americana. O escândalo que ocorreu, foi à denúncia feita por Leonel Brizola, de que o patrimônio da empresa era obsoleto e que o preço pedido na compra era superior ao estado do patrimônio. A negociação foi suspensa, mas a situação acarretou algumas consequências a João Goulart.

<sup>6</sup> Nesta mudança, ocorreu a demissão de todo o Ministério da Guerra, inclusive do ministro, o general Amaury Kruehl, e a queda de San Tiago Dantas e a ascensão do ex-governador de São Paulo, Carlos Alberto de Carvalho Pinto no Ministério da Fazenda.

Também aumentava as ofensivas contra o governo Goulart, entre os governadores de oposição, em especial aos governadores Ademar de Barros (São Paulo), Carlos Lacerda (Guanabara) e Magalhães Pinto (Minas Gerais). Nas Forças Armadas, ocorre a migração de segmentos para a oposição. Simultaneamente, os ataques das classes dirigentes no intuito de destituir o governo, se intensificam com a demissão em 19 de Dezembro de 1963 do Ministro da Fazenda, Carvalho Pinto, rompendo a última tentativa de aproximação do governo com o segmento conservador. Sem o apoio destes, e vendo a política de conciliação ruir, Goulart se aproxima dos movimentos de esquerda, como mostrado por Moniz Bandeira (2010, p. 288)

O governo João Goulart, naquelas circunstâncias, só podia contar com os trabalhadores urbanos e rurais, segmentos das classes médias e setores frágeis e descontentes do empresariado nacional, que rezingavam contra o capital estrangeiro, enfim, com as forças populares, representados por sindicatos, Ligas Camponesas, entidades estudantis e partidos de esquerda, como o PTB, PCB, PSB, aos quais se somavam políticos nacionalistas de outras agremiações. Com efeito, dentro das condições que se criaram, Goulart optara por esse caminho, a fim de permanecer fiel a suas origens políticas e coerente com seus objetivos.

A partir desta aliança, o governo acelera uma serie de medidas de cunho nacionalista e reformista<sup>7</sup>, como também avançou no projeto das reformas de base, apresentado no Comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964, perante uma multidão de 200 mil pessoas. O Comício pode ser considerado um momento chave, tanto da aliança entre o governo de João Goulart e as forças populares, como também do movimento golpista. Como demonstrado por Sodré (2010, p. 469)

O desencadeamento do processo ocorreu inicialmente em 13 de março, quando se realizou o gigantesco comício, ao lado do Quartel General do Exército. O fato de ter sido gigantesco, com mobilização popular extraordinária, evidentemente apoiada no fato de ser legal, isto é, bafejada pelo poder público, constituiu a primeira seria ameaça às forças do atraso, que só por isso se alarmariam consideravelmente, tal o horror, que professam o povo, e particularmente a povo nas ruas e nas praças, proclamando as suas reivindicações. Isto lhes pareceu sempre a ignomínia suprema. Mas houve ainda mais, e isso é que as levou ao extremo limite do alarma: o comício teve a garantia de tropas do Exército.

Mas os movimentos contrários também se organizaram com outros objetivos, como mostrado por Moniz Bandeira (2010, p. 316)

---

<sup>7</sup> Dentre essas medidas pode-se citar a extensão de direitos como a previdência social, assistência médica, auxílio-doença e aposentadoria por invalidez ou idade aos trabalhadores rurais e a regulamentação da lei sobre remessas de lucro ao exterior.

Conflitos irromperam em São Paulo e Belo Horizonte, provocados por grupos de direita. E, enquanto a UDN, parte do PSD e outros partidos menores reclamavam o *impeachment* de Goulart, entidades financiadas pela CIA e pelo empresariado, como a Campanha da Mulher Democrática (CAMDE), Fraterna Amizade Urbana e Rural (FAUR), União Cívica Feminina (UCF), Sociedade Rural Brasileira (SRB) e outras, articularam a realização, nas principais cidades do país, das chamadas Marchas da Família, com Deus, pela Liberdade, a fim de atizar a fúria anticomunista nas classes médias.

Contudo, os golpistas, já articulados e mostrando a sua força, começaram a organizar o golpe. Tudo isso culmina em 1º de abril de 1964. Com as tropas do general Olympio Mourão Filho avançando na direção do Rio de Janeiro, e as do general Carlos Luiz Guedes para Brasília, ia se consumando o golpe. O dispositivo militar de sustentação do governo desmoronava, com oficiais nacionalistas e legalistas esperando ordens para conter os golpistas. Ao mesmo tempo, uma greve geral é convocada pela CGT em apoio à Goulart, se restringindo a alguns pontos do Rio de Janeiro e Guanabara. Percebendo que não haveria condições de resistir em Brasília, João Goulart parte para Porto Alegre, na tentativa de instalar o governo. O senador Auro de Moura Andrade convoca uma sessão extraordinária, e declara ilegalmente a vacância da presidência da república. Assume o governo, o presidente interino Ranieri Mazzilli. O golpe se consuma. No dia 09 de Abril, se oficializa o golpe civil-militar com a eleição do Marechal Castelo Branco à presidência da república.

Entre os atores golpistas em 1964 estava o então governador de São Paulo, Ademar de Barros, uma das principais figuras políticas do período, que havia retornado ao cargo de governador nas eleições de 1962. Inicialmente, um aliado de João Goulart, atuou posteriormente como um interlocutor de negociações dos golpistas, participando da organização do Golpe em São Paulo, aumentando o efetivo da Força Pública em seu primeiro ano de governo. Como mencionado por Dallari (1977, p. 76), “Em 6 de Dezembro de 1963 é a Força Pública Estadual que tem seu efetivo acrescido de 10000 homens, além de receber recursos financeiros excepcionais.”. Com isso, o efetivo passou de 21085 em 1962 para 31000 em 1963<sup>8</sup>. Ademar de Barros também organizou a Marcha da Família com Deus pela Liberdade em São Paulo.

---

<sup>8</sup> Dallari em Anexo 2 (1977, p. 92)

Com o golpe consumado, ocorreram uma série de cassações de opositores entre os dias 1º de Abril à 15 de Abril de 1964<sup>9</sup>. Com a posse do marechal Castelo Branco na presidência, se forma uma maioria de apoio parlamentar constituída pelo PSD, PSP, UDN e o PDC. Acreditava-se que os militares logo devolveriam o poder aos civis, tendo vários líderes políticos, apoiado a eleição do marechal Castelo Branco, como mencionado por Cannabrava Filho (2004, p. 220);

Juscelino, senador e candidato a presidente, em campanha desde que concluiu seu mandato em 1961, declarou que estava de acordo com a indicação. Adhemar, governador, também candidato a presidente e em campanha desde 1962, aprovou que o PSP integrasse uma frente com o PSD, a UDN e o PDC para constituir maioria parlamentar favorável ao governo Castelo Branco. Apoiou também a idéia de adiar as eleições por mais um ano, ou seja, realizá-las em 1966, dando mais tempo a Castelo para normalizar o país. Em 22 de julho de 1964, o Congresso aprovou a prorrogação do mandato do presidente até 15 de março de 1967.

Entretanto, a partir da cassação de Juscelino Kubitschek, liderança civil que apoiou o golpe, percebeu-se que um grupo dos militares procurava se hegemonizar no poder e estava conquistando espaço. Ademar de Barros, percebendo que seria o próximo a ser cassado, começou a organizar uma tentativa de revolta contra o regime militar, aliando-se a membros distintos como militares, FIESP e associações rurais, Assis Chateaubriand. Ele ainda dispunha da Força Pública de São Paulo e do apoio de membros do governo estadual, e contava com a impopularidade do regime militar. Mas a contra revolta não foi pra frente.

Face ao que foi exposto, pode-se considerar que o momento chave do aborto desta articulação da revolta foi o churrasco na fazenda Chambá, de Assis Chateaubriand. Ao final do evento, o próprio Chateaubriand sugeriu que o general Justino Alves Bastos pronunciasse algumas palavras, tendo realizado um discurso extremamente duro contra o regime, o que criaria "... uma difícil situação para Castelo Branco." (Moniz Bandeira, 2010, p. 363). A partir deste momento, como mencionado por Moraes (2011, p. 569) no livro *Chatô: o Rei do Brasil*:

Ibanor Tartarotti, diretor dos Associados no Rio Grande do Sul, pegou a fita onde mandara gravar a fala do general e, consciente do teor explosivo do projétil que tinha em mãos, encarregou um repórter de levar a gravação até

---

<sup>9</sup> Segundo o jornal *Correio da Manhã* (apud Cannabrava Filho, 2004, p. 220) "... houve 378 cassações, entre as quais seis governadores, 55 parlamentares e 10 mil funcionários públicos demitidos, além de 40 mil investigações em curso".

a Rádio Farroupilha, em Porto Alegre, para ser distribuída entre os demais veículos Associados. Logo após a partida do carro de reportagem, decolou da fazenda Chambá um helicóptero que tinha transportado para o churrasco alguns oficiais da Aeronáutica. Minutos depois, o aparelho pousava no meio da estrada que levava a Porto Alegre, interrompendo a passagem do veículo Associado. De dentro da aeronave desceu um oficial, que se identificou como “coronel Assis, do Centro de Informações da Aeronáutica”, prendeu o jornalista e confiscou a fita, que antes do dia terminar já estava nas mãos do presidente Castelo Branco, em Brasília.

Acusado de corrupção, Adhemar de Barros teve o seu mandato cassado e os direitos políticos suspensos por 10 anos, em 6 de junho de 1966.

Sobre o episódio da “Revolta que não Houve”, não existem muitas referências, mesmo em trabalhos clássicos, como o de Regina Sampaio, “Adhemar de Barros e o PSP”, que trata de sua trajetória política e da estrutura e organização do PSP. No livro “Visões do Golpe” de Maria Celina D’Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro, que aborda de um conjunto de entrevistas com militares acerca de suas participações no golpe, e durante o governo Castelo Branco, há uma breve menção ao episódio no trecho da entrevista do general Carlos de Meira Mattos, (1994, p. 123-124):

O principal grupo revolucionário de São Paulo, era frustrado, porque o governo acabou nas mãos do Ademar, de quem eles não gostavam. Ademar conspirou, mas o grupo revolucionário de São Paulo não gostava dele nem do Kruel, que foi um homem que aderiu na última hora.

No recente livro “Adhemar de Barros: trajetória e realizações” do jornalista Paulo Cannabrava, que trata de sua trajetória de vida, a suas realizações políticas, ele rapidamente aborda a questão em um trecho (2004, p. 225):

Antes de promulgar a cassação, sabendo que Adhemar conspirava contra o Governo Federal, o Conselho de Segurança havia tomado suas precauções. O comando da Força Pública estava sobre o controle do Exército, e o II Exército estava fechado com o governo federal. Se quisesse resistir, Adhemar contaria somente com poucos batalhões da Força Pública e não seria fácil mobilizar a população.

Por sua vez, o livro de Luiz Alberto Moniz Bandeira, “O Governo João Goulart” (2009), é o que tem algumas informações sobre o episódio. O trecho (2010, p. 361-362) melhor resume a questão:

O Jornalista Carlos Castelo Branco registrou que eram “inúmeras as indicações” de que o governador de São Paulo trabalhava “na sua hipótese subversiva”, com três fatores importantes: a angústia das classes empresariais, massacradas pela política econômico-financeira; o

desajustamento entre o presidente e o ministro da Guerra, em torno da sucessão presidencial; e o descontentamento no II, III, IV Exércitos, por causa da exigência de domicílio eleitoral para os candidatos a governador. Com efeito, o governador Adhemar de Barros, articulado com o general Amaury Krueel, preparava-se para contestar o programa de estabilização executado pelos ministros Otavio Gouveia de Bulhes e Roberto Campos, inclusive por meio de iniciativas na área econômica e financeira, com ampla concessão de empréstimos, pelo Banco do Estado, e a emissão de debêntures, títulos da dívida pública, o que lhe possibilitaria acumular recursos para enfrentar qualquer conflito.

Por fim, o mais recente livro, “Adhemar – Fé em Deus e Pé na Tábua” de Amilton Lovato, com uma biografia sobre Adhemar de Barros, existe uma breve menção sobre o episódio no trecho (Lovato, 2014, p. 310):

Em maio, membros da polícia política haviam relatado que, de acordo com informação reservada obtida no PCB, Adhemar, Magalhães Pinto e Amaury Krueel estavam envolvidos em um movimento que pretendia fazer uma contrarrevolução no país, e que os dirigentes comunistas dariam ao público provas desse fato, por meio de boletins que o partido pretendia lançar logo mais (o que não aconteceu).

## **Objetivo**

Devido à lacuna acerca do tema, como já exposto anteriormente, as poucas informações obtidas e organizadas levantam questões fundamentais para a compreensão da “Revolta que Não Houve”. A primeira delas seria: O que foi esta articulação e qual o papel do Governador Ademar de Barros; o objetivo principal deste projeto. Ao que indica, foi uma aliança entre variados grupos descontentes ou contrários ao Governo Castelo Branco, tendo como liderança a frente, o governador de São Paulo Ademar de Barros. Mas percebendo que seria o próximo à ser cassado, Barros tentou organizar uma revolta para se manter no poder, mas não se sabe de todo qual foi o seu papel na articulação. Ou mesmo, não há informações se esta heterogênia aliança, com membros de concepções políticas e ideológicas diferenciadas teriam ou não um projeto político próprio. De qualquer forma, o envolvimento de Ademar de Barros, sugere como hipótese, uma ação no sentido de assegurar sua sobrevivência política.

Essa é uma das hipóteses; embora, outras possibilidades de investigação e hipóteses estão postas, em que pese, não objeto dessa fase de investigação. Por exemplo, quais os motivos de vários grupos políticos diferentes terem apoiado esse

movimento? Ao que parece, os descontentamentos de cada grupo em relação ao Governo Castelo Branco teria sido um dos motivos de sua aliança. A FIESP e as associações rurais eram prejudicadas pelo programa econômico e financeiro de cunho liberal, citando a restrição ao crédito. Entre os militares, havia diferentes grupos apoiaram a tentativa de revolta, como alguns que apoiaram o golpe, e perceberam que um grupo estava se hegemoneizando no poder com um projeto político próprio rumo a ditadura. Entre eles, militares que tiveram seus projetos políticos abortados pela Lei de Inelegibilidade de 1965<sup>10</sup>, como o general Justino de Alves Bastos e o general Amaury Krueel.

Uma outra indagação: quais setores de esquerda participaram? Ao que tudo indica, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), e segmentos nacionalistas e democráticos que participaram do Governo João Goulart. Entre eles, havia alguns militares cassados identificados com o PCB ou próximos, como militares o brigadeiro Francisco Teixeira e o ex-capitão Eduardo Chuahy. O aprofundamento desta questão ficará para desenvolvimento futuro.

Por fim, temos outra indagação e hipótese: a articulação ficou restrita ao estado de São Paulo? De acordo com informações recentes, houve ramificações da “Revolta que Não Houve” em Goiás encabeçado pelo governador Mauro Borges; e também em Minas Gerais. Entretanto o epicentro da revolta era seguramente em São Paulo e Ademar de Barros, é o objetivo principal deste projeto.

## **Resultados**

A pesquisa se encontra em andamento, não se tem resultados conclusivos sobre as hipóteses levantadas até o momento de envio.

## **Considerações Finais**

---

<sup>10</sup> A Lei de Inelegibilidade de julho de 1965 estabelecia a exigência de domicílio eleitoral para o candidato, ou seja, o candidato só podia disputar a eleição dentro do estado domiciliado.

Como já mencionado anteriormente, a pesquisa se encontra em andamento, não tendo nenhum resultado conclusivo, não sendo possível definir as considerações finais acerca da “Revolta que não Houve”.

## Referências

BANDEIRA, Luis Alberto Moniz. **O Governo João Goulart**: as lutas sociais no Brasil (1961-1964), 8ª Edição, São Paulo, UNESP, 2010

CANNABRAVA FILHO, Paulo. **Adhemar de Barros**: trajetória e realizações, 1ª Edição, São Paulo, Editora Terceiro Nome, 2004

CHIRIO, Maud; tradução André Telles. **A política nos quartéis**: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira, 1ª Edição, Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 2012

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Visões do Golpe**: a memória militar sobre 1964, 1ª Edição, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O Pequeno Exército Paulista**, 1ª Edição, São Paulo, Perspectiva, 1977

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**: ação, política, poder e golpe de classe, 6ª Edição, Petrópolis-RJ, Vozes, 2006

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada, 5ª Edição rev. e ampl., São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014

LOVATO, Amilton. **Ademar: Fé em Deus e Pé na Tábua**, 1ª Edição, São Paulo, Geração Editorial, 2014

MACIEL, David. **A Argamassa da Ordem**, 1ª Edição, São Paulo, Xamã, 2004

MORAES, Denis de. **A Esquerda e o Golpe de 64**: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões, 2ª Edição, Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1989

MORAIS, Fernando. **Chatô: o rei do Brasil**, 4ª Edição, São Paulo, Companhia das Letras, 2011

RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da Revolução Brasileira**, 2ª Edição revista e ampliada, São Paulo, Editora UNESP, 2010

SAMPAIO, Regina. **Adhemar de Barros e o PSP**, 1ª Edição, São Paulo, Global Ed., 1982

SKIDMORE, Thomas E.; tradução Berilo Vargas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**, 1930-64, 1ª Edição, São Paulo, Companhia das Letras, 2010

SKIDMORE, Thomas E.; tradução Mario Salviano Silva. **Brasil: De Castelo a Tancredo** (1964-1985), 3ª Edição, Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1988

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar no Brasil**, 2ª Edição, São Paulo, Expressão Popular, 2010